

O QUE FALTA PARA CONSEGUIRMOS US\$ 13 BI

Falta o entendimento com o FMI, mas o governo diz que não vai transigir em certos princípios.

O governo esclareceu ontem em Brasília, no Palácio do Planalto, por intermédio de assessores do presidente Sarney, como será o seu relacionamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e os princípios dos quais não abrirá mão nos entendimentos, por considerá-los fundamentais à estabilidade política e econômica do País. Este alerta foi feito mesmo se levando em conta que a formalização de um acordo entre o governo brasileiro e o FMI poderá abrir ao País a captação de novos empréstimos no mercado externo, da ordem de US\$ 13 bilhões no médio prazo.

Entre estes princípios, destacam-se no Palácio do Planalto os seguintes: 1) o governo aceita e julga ser necessário promover uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira, sem o que entende não ser possível controlar a inflação. Mas não aceita que esta desaceleração se converta numa recessão profunda. A desaceleração do crescimento da economia brasileira, segundo se avalia no Palácio do Planalto, tem de ser compatível com a realidade do mercado de trabalho do País, que exige a colocação de 1,5 milhão de novos trabalhadores a cada ano. A meta de contenção do déficit público fixada ao nível de 4% do PIB (Produto Interno Bruto) para 1988, segundo o governo, leva em conta esta realidade do mercado de trabalho. Qualquer percentual abaixo deste, seria "socialmente indesejável".

2) O excesso de liquidez no mercado interno tem de ser contido, principalmente através da política monetária e fiscal. As taxas de juros reais devem ser positivas (situadas acima da inflação), e o controle

da base monetária deve ser rigoroso. Isto, contudo, não significa levar ao extremo a rigidez monetária, a qualquer custo. Ao contrário, o governo acha que tem de ser mais flexível, quando entender necessário. Isso significa que num período curto pode-se ter uma liquidez maior, compensada adiante, num prazo mais longo e sem com isso comprometer os resultados que se quer obter ao longo do ano.

3) O excesso de demanda no mercado interno deve ser combatido, principalmente através de mecanismos que desestimulem o crescimento do consumo de alguns setores. Isso pode ser feito principalmente através da elevação das taxas de juros e do encurtamento dos prazos nos financiamentos. Nunca através de políticas de achatamento salarial, consideradas inaceitáveis para o governo.

4) O superávit na balança comercial deve ser significativo, de modo a garantir uma recomposição das reservas internacionais do País, e a disponibilidade de divisas para que o País possa honrar os seus compromissos externos. O governo considera factível a realização este ano de um superávit de aproximadamente US\$ 12,5 bilhões. Mas não pretende realizar este nível de superávit à custa de uma contenção das importações, o que, certamente, comprometeria o desenvolvimento do País.

5) O governo está disposto a adotar um processo crescente de liberalização da economia, seja no tratamento ao capital estrangeiro, seja na política interna de preços, ou na revisão do papel a ser desempenhado pelo Estado na economia. Neste sen-

tido, facilitará importações, exportações, a concorrência entre as empresas e a privatização. Mas não está disposto a abrir certos precedentes como, por exemplo, o de contrariar a Lei de Informática.

6) O governo também aceita que o FMI acompanhe passo a passo a execução do programa de ajustamento da economia brasileira. Mas não quer que este acompanhamento se converta num monitoramento ostensivo, capaz de gerar repercussões políticas negativas internamente.

7) Do mesmo modo, ao FMI será dada ciência prévia do programa de ajustamento econômico que o governo brasileiro pretende executar. O governo, contudo, se acha no direito de ele próprio elaborar este programa de ajustamento, sem estar sujeito a nenhuma forma de ingerência externa. O sistema de "cartas de intenções", elaboradas com a participação dos técnicos do Fundo não será aceito.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, o governo poderá captar cerca de US\$ 13 bilhões de novos empréstimos, a partir de uma normalização do seu relacionamento com o mercado financeiro internacional. Desses recursos, US\$ 5 bilhões seriam provenientes dos bancos privados (rolagem dos juros); US\$ 3 bilhões do governo japonês; US\$ 1,5 bilhão do FMI; US\$ 1 bilhão do Clube de Paris; US\$ 1,5 bilhão do Banco Mundial; US\$ 1 bilhão do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Além desses recursos, o País poderá voltar a captar US\$ 1 bilhão ao ano de investimentos diretos, e converter cerca de US\$ 2 bilhões/ano de dívida externa em investimento.